

# PREFÁCIO

O governo, do presidente LULA, instalado a partir do ano de 2003, ao perceber a importância da educação profissional e tecnológica e, também, por força da atuação dos Conselhos de Dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que mostraram as potencialidades desta rede de instituições, localizadas em praticamente todos os estados brasileiros, estabeleceu alguns eixos norteadores das políticas de educação profissional, e, assim, começou a expansão da oferta pública de Educação Profissional e Tecnológica, trazendo consigo as estratégias de financiamento público para uma educação de qualidade e Educação Profissional e Tecnológica na concepção de formação Integral apresentando um papel estratégico nas políticas de inclusão social.

É neste contexto que surge, a partir do ano de 2005, a Educação de Jovens e Adultos Profissional, que nasce como uma possibilidade de melhorar a baixa expectativa de inclusão de jovens e adultos de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de Educação Profissional, e de elevar a escolaridade com profissionalização, no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse enorme contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

O cenário das políticas de educação de jovens e adultos até agora implementadas no Brasil, inclusive pela LDBEN/1996, mostra que estas têm sido restritas, no mais das vezes, às questões do analfabetismo; sem articulação com a educação básica, nem com a formação para o trabalho; nem com as especificidades setoriais, traduzidas pelas questões de gênero, raça, espaciais, e geracionais. Também não se percebe uma valorização da Educação de Jovens e Adultos, que tem um caráter apenas supletivo, de resgate e marginal.

Uma outra questão muito importante a ser considerada, é que não basta democratizar o acesso às classes populares se os fundamentos das práticas pedagógicas, permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão”, e estes dois fantasmas têm perseguido a escola brasileira, historicamente.

Portanto, a inserção da Rede Federal neste contexto de Educação de Jovens e de Adultos tem representado um momento novo, que entendemos ser importante para se resgatar a importância de uma política pública cuja finalidade seja a de proporcionar que os jovens e adultos brasileiros tenham possibilidades de percorrer um circuito educacional mais consistente e na perspectiva da educação integral.

Neste contexto implanta-se o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que foi instituído pelo Decreto no. 5.478/2005 e ampliado pelo de no. 5.840/2006. O programa apresenta princípios como: o compromisso das entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais com a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento na formação; a atenção às condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

O Documento Base do PROEJA, traz como eixo norteador:

A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania. (p.26)

O Programa surge então com a coordenação geral da SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e conta como instituições proponentes as instituições federais de ensino, as secretarias estaduais de educação e as secretarias municipais de educação.

É com satisfação que vemos pela primeira vez na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica o debate acerca da exclusão de jovens e adultos trabalhadores que deveriam estar sendo formados numa perspectiva da educação integral, e que este debate não é solitário, mas que tem sido incentivado pelo próprio governo federal, que tem procurado fortalecê-lo, seja por meio de investimentos humanos e materiais, seja por meio de outras ações como a possibilidade de interlocução com as demais esferas de educação pública brasileira.

O PROEJA, entre outras ações, constituiu, através de inicialmente, 15 pólos de formação de educadores, programas de pós-graduação *lato sensu* nos então Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta ação significa a valorização da formação do educador e o enraizamento do PROEJA na rede federal, estadual e municipal.

Este livro apresenta algumas reflexões, frutos de diálogos entre os professores e alunos educadores destes cursos a respeito do PROEJA, seus desafios e suas possibilidades. Ficamos muito felizes em prefaciá-lo o resultado destas discussões!

Constata-se que o PROEJA tem condições de se tornar uma política pública relevante em um país de dimensões continentais e em que as pesquisas demonstram a enorme necessidade de um projeto claro e comprometido com a classe trabalhadora, que historicamente, tem sido a cada dia mais excluída das condições de educação necessárias a sua formação para a cidadania.

Cibele Daher  
Reitora  
IF Fluminense

